A emergência e evolução da sociedade (notas sumário 1)

É Comte quem primeiro usa a palavra sociologia, nas primeiras décadas do século XIX. Com ela ele queria designar a utilização útil e integrada de todos os saberes científicos, da física, da química da biologia, com vista a acabar com as disputas de prestígio (política partidária - *politics*) e, em vez disso, tratar das questões práticas que permitem viver melhor (*policy*, políticas públicas).

Só no final do século a expressão sociologia volta a ser usada. É Durkheim quem propõe e consegue obter a primeira cátedra em sociologia, em 1904. Contemporâneo de Max Weber, ambos foram consagrados figuras dominantes na fundação da sociologia, sobretudo a partir da sua tradução para inglês por Talcott Parsons – que introduziu as suas obras nos EUA, numa época em que a Europa se destruía através de duas Guerra Mundiais.

Porque é que a sociologia surge nos últimos cento e cinquenta anos e não antes? A que é que a sociologia responde? O que é a sociedade que nos quer apresentar?

Depois da Revolução Francesa, houve a tentativa de instalar a república em toda a Europa. Por isso (ou porém) ela se tornou em Império. Por duas vezes. Uma vez como tragédia e outra como farsa, como escreveu Marx no “18 Brumário”. Não se pode resumir a história da Europa ou da França assim. Mas podemos chamar a atenção para as grandes crises registadas e para algumas das suas consequências mais evidentes ao nível da organização social.

1845 é ano de crise financeira e 1848 é ano das revoluções espontâneas em muitos dos países do centro norte da Europa e também em França. A doença da batata, entretanto importada das Américas, e base da alimentação dos mais pobres, deixou à fome grande parte da população. Os senhores e os estados não estavam em condições de responder às necessidades. Nem sequer tinham ideia do que se estaria a passar (eles viviam noutro mundo, digamos assim). A repressão foi brutal e todos os focos de revolta foram contidos.

Para Marx e Engels, autores do *Manifesto do Partido Comunista*, esse ano foi um ano de esperança. Porquê?

Estes autores alemães, desejavam para a Alemanha uma sociedade racionalmente organizada que permitisse a todos uma vida tranquila e feliz. Não aceitavam a predominância dos interesses dos aristocratas e dos burgueses que criavam dificuldades à vida dos restantes. Aspirações a uma república em que os princípios fossem efectivamente realizados – igualdade cívica e bem-estar, isto é, potenciar a capacidade produtiva para evitar os riscos de miséria sempre presentes. Viam nas aspirações socialistas em França uma boa solução de igualdade e na capacidade industrial inglesa a solução dos problemas económicos.

Viviam num mundo muito diferente daquele que hoje vivemos. A independência dos EUA, antiga colónia, não tinha cem anos e os transportes eram ainda de charrete puxada a cavalos. Não havia telemóveis nem estradas alcatroadas. Só no final do século XIX os países europeus se irão reunir para organizar a exploração mais intensa das colónias, antes mais ou menos abandonada aos aventureiros.

Os autores revolucionários esperavam que a revolução da liberdade, igualdade e fraternidade pudesse continuar, apesar de assaltada por gente que se quer manter no poder e reproduzir privilégios do passado. As revoltas espontâneas de 1848 em tantos países na Europa deram alento aos revolucionários. Era a oportunidade de transformação social porque ansiavam. À semelhança da Revolução Francesa, sessenta anos antes. Pensaram que deveriam deixar de esperar dos aristocratas ou burgueses a orientação para as mudanças que a sociedade precisava. Acreditaram e viram a mobilização do proletariado, literalmente, os filhos dos servos. A nova geração queria passar a ser ela a ter em mãos os seus destinos, isto é, os alimentos de reserva para lhes poderem acudir em caso de necessidade. Dá-los aos senhores que depois os destroem ou não disponibilizam quando há fome tinha-se revelado má política. E por isso todos passam mal: uns na perspectiva de fome até novas colheitas. Outros por terem de reprimir com brutalidade os povos sob a sua tutela.

A evolução da situação fez-se sob a orientação de duas perspectivas distintas: a) a luta de classes, que opunha os aristocratas e a burguesia ao proletariado organizado para tentar assegurar os meios da sua sobrevivência, incluindo reclamar melhores salários na indústria, fim da servidão nos campos; b) a emergência das nações e das corporações, em que os interesses comuns juntam pessoas de muito diferentes condições económicas na mesma comunidade – a nação, sob a tutela do estado. Antes disso os proletários não tinham tanta força e não eram uma ameaça ao poder. Os negócios eram questões privadas e de mau tom tratar em sociedade (eram problemas de capatazes e trabalhadores). Os sindicatos passaram a ser uma força social importante e crescente e os negócios passaram a estar integrados em economias nacionais.

Pode dizer-se que a crise 1845-48 foi a parteira das nações, dos estado-nação.

Sessenta e cinco anos depois, quando rebenta a primeira guerra mundial o dilema entre a luta de classes e a unidade nacional continuava vivo. Os bolcheviques, partidários da luta de classes, tomaram o Império Russo, atrapalhado com o esforço de guerra (1914-18), em 1917. E inicia-se o pequeno século XX (Eric Hobsbawn, 1994, *The Age os Extremes*). Inicia-se sob a viragem, digamos assim, das orientações socialistas de uma visão de luta de classes internacionalista (culminada na mítica greve geral) para uma estratégia de “socialismo num só país”, em guerra. Que veio a durar até 1945.

Os EUA, protegidos pela distância da confusão que se viveu na Europa, com a crise de 1929, a falência da bolsa de valores, ficou claro que o problema não era apenas os desejos bélicos dos aristocratas, militares e chefes de estado que não deixavam as pessoas sossegadas a viver em paz. Era também o modo de organização da economia, a economia do lucro, que deixou milhões de trabalhadores sem sustento. A divisão de trabalho organizada pelos industriais era muito arriscada para a vida das pessoas. Quem não tinha modo de sobreviver a não ser do seu trabalho, arriscava-se a morrer de fome no desemprego.

A Alemanha de Bismark, no fim do século XIX, já tinha respondido a esta questão, através do estado social: garantias estatais para que a alimentação não faltasse nem os bens essenciais à sobrevivência, de modo a evitar novas revoltas como as de 1948. A unidade nacional fazia-se pela concertação industrial, mas também pela concertação social com os trabalhadores. Nos anos 30, para combater a miséria e a situação de alarme social nos EUA, o New Deal, o novo contrato, seguiu uma ideia de desenvolvimento baseado no investimento do estado em infraestruturas urbanas e rodoviárias – o automóvel e o petróleo tornaram-se as indústrias centrais que ainda hoje são. A Alemanha, que estava presa às penalizações de guerra, ficou impedida de acompanhar a nova estratégia (sem recursos de investimento). A Segunda Grande Guerra foi outra vez perdida pela Alemanha, mas possibilitou o alívio do peso da dívida de guerra, pois os termos da paz foram pensados de outra forma. O estado social foi retomado e serviu de modelo à reconstrução da Europa pós-guerra. Com apoio do Plano Marshall, norte-americano.

Entretanto, a crise económica e política gerada pela 1ª Grande Guerra, a expansão da exploração das colónias, e da continuidade da competição entre os estados europeus, resulta a 2ª Grande Guerra, que destrói definitivamente a primazia secular do Império britânico. Saem como superpotências nacionais os EUA e a União Soviética que vão protagonizar a Guerra Fria até à implosão da última, em 1989.

À criação de nações, seguiu-se um tempo de lutas entre estados nacionais que as representavam até à formação de dois impérios: um capitalista pró-liberdades e um socialista/comunista pró-igualdades. Confirmando na prática a profecia de Tocqueville sobre a difícil compatibilidade destes dois princípios republicanos. Com a implosão da URSS, os EUA ficam a única superpotência. Com dificuldade em cumprir o papel imperial, tornam-se polícias do mundo. As nações e os seus estados começam a organizar-se regionalmente, de modo a poderem defender-se das políticas de globalização, da hegemonia dos EUA. Políticas que geraram uma crise em 2008: o sistema financeiro global faliu. Com Trump, em 2017, os EUA querem abandonar o projecto de globalização em que se comprometeram e que, afinal, não deu os frutos de hegemonia que previam (outros, como a China ou a Rússia, mantêm ou ganharam mais poder com a globalização: a vantagem comparativa das armas, sem dúvida norte-americana, é um seguro de poder. Mas sem capacidade competitiva a nível económico e com vários poderes atómicos no mundo, os EUA procuram baixar responsabilidades e expectativas, fora e dentro do país).

Marx referiu-se à sociedade de classes, útil para descrever as revoltas de 1848. No fim do século XIX e no início do século XX, Durkheim e Weber viram nações agrupadas em estados que as formaram e educaram. Fundaram uma ciência capaz de identificar esse objecto de estudo: chamaram-lhe sociedade.

Durkheim explicou que se tratava do resultado de uma nova consciência (solidariedade orgânica) que resultava em coersão para os indivíduos que se quisessem integrar na sociedade. Cada pessoa tem a sua consciência individual. Sobretudo por educação, mas também por ter informação das indicações dos tribunais e outras autoridades, a sociedade é a ordem que permite distribuir por todos praticamente da mesma maneira a consciência colectiva que nos obriga. Não se trata sempre nem sobretudo pela força que as pessoas são conduzidas a comportar-se em sociedade. Trata-se de uma razão de solidariedade: reconhecer e adaptar-se (sacrificar-se, se necessário) às vantagens da divisão de trabalho.

Max Weber, por seu lado, notou sobretudo o individualismo que o estado nação proporcionava – o que lhe parecia uma coisa boa. A sociedade estava a formasse para garantir a liberdade das pessoas. Cada um, aparentemente e ao contrário do que disse Durkheim, é livre de fazer o que entende. A coerção é apenas contra os prevaricadores ou oposicionistas. Todos e cada um, em geral, são livres. Procuram, experimentem e repetem actos com finalidades atribuídas: umas vezes por tradição e hábito, outras vezes por ponderação dos interesses próprios e das suas famílias, outras vezes por raciocínios sobre os efeitos práticos que podem ser obtidos através da indução nos outros de certas acções que, na volta, acabam por favorecer quem manipula a acção. As acções das pessoas têm sentidos e isso, acções e sentidos atribuídos – com acerto ou sem ele -, têm consequências sociais no jogo que estabelecem com as acções alheias. Os sentidos da acção podem não ser conscientes para o actor. Mas para um sociólogo treinado e atento, é possível determinar o sentido das acções individuais. A sociedade, nesse caso, seria a rede das relações objectivas (práticas) e subjectivas (simbólicas) que os agentes sociais estabelecem entre si.

Temos, pois, dois grandes modelos intelectuais sobre como entender a sociedade, produzido pelos estados nação: sociedade solidária e ordeira, em Durkheim, e sociedade individualista, caótica, de mercado, mas com um resultado final que ninguém pode evitar ou transformar por vontade própria, em Weber. Parsons vai usar, fazer convergir, sintetizar e sistematizar as contribuições de ambos os autores, com vista a produzir um quadro de referências conceptuais únicas para toda a sociologia. A teoria crítica, da Escola de Frankfurt, vai contestar a hegemonia dessa visão da sociologia, juntando a ideia de classes (já sem luta internacionalista) decorrente da actualização do pensamento de Marx. Se a fome do século XIX teria de ser resolvida com organização económica, já a ascensão do nazismo durante a guerra mostrou a importância da luta cultural nas sociedades modernas, a vitória das democracias burguesas na guerra viria a recentrar as prioridades de luta pela emancipação (por uma sociedade melhor) na construção de um espaço público democrático aberto a todas as pessoas, mulheres, estrangeiros, ricos e pobres. Para a Escola de Frankfurt, em cada tempo histórico, ao contrário da proposta de Parsons, as tarefas cívicas e políticas deveriam ser adaptadas à evolução histórica.